



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
12ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
VITOR SALINO DE MOURA EÇA**



**TRT-3ª REGIÃO
Minas Gerais**

**Lei de Criação nº 5.633, de 2-12-1970
Data da instalação: 6-11-1972
Data de implantação do PJe: 24-3-2015**

Jurisdição: Belo Horizonte

Edital de Correição divulgado no DEJT em 16-10-2019, p. 1.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última correição: 30-8-2018

Às 7h10min do dia vinte e oito de novembro de 2019, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, 468 – 10º andar, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta Dra. **Solainy Beltrão dos Santos**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Emanuel Barbosa de Castro e Moura; pelos servidores Flávio Almeida de Menezes, Guilherme Rosa Pinho, Jonas Davi Ribeiro, Lívia Figueiredo Gomes, Rafael de Oliveira Bicalho, Renata Kelly de Oliveira Monteiro, Renzzo Roberto Bicalho Lataro Hoehn, Simone de Carvalho Amaral, Tarcísio Cotrim Alvarenga e Vivian Magalhães Maia Macedo e pela estagiária Indianara Cristina Ferreira Pereira. Ausentes o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Vitor Salino de Moura Eça**, convocado no TRT e o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Marcos Vinícius Barroso**, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 918 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 26-11-2019, apurando-se a média de 4,5 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 97 cartas precatórias até o dia 26-11-2019, das quais 74 foram devolvidas para os juízos deprecatantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 24 cartas precatórias até o dia 26-11-2019, das quais 18 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 611 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 314 processos foram remetidos até o dia 26-11-2019.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 46 autos de processos com carga, todos no prazo legal, em razão das férias o Juiz Marcos Vinicius Barroso de 20/11 a 19/12/2019.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 3 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não há processo físico com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 47 processos com perícia designada e 5 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 7 mandados expedidos em processos físicos e 919 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 1 pendente de cumprimento em processo físico e 17 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 63 autos de processos com carga para a Secretaria de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 74 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada. Os processos examinados aguardam decisão do STF.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016, de 38,88% em 2017 e de 36,69% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 39%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2019 até 26-11-2019)

(fonte: e-Gestão)

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	66
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	103
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	30



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	4
	Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência	330

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	30

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 834 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 629 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 3 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 202 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2019 até 26-11-2019.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

No ano 2018, até dia 26-11 havia 935 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 787 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 5 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 143 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016, de 68,91% em 2017 e de 64,28% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 59%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-11-2019, existem 58 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 28-11-2019 havia 11 processos, apurados conforme o e-Gestão:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 2 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 4 processos;
- c) **audiência de instrução:** 2 processos
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010768/19, 0010727/19, 0010859/19, 0010824/19, 0000095/15, 0010933/19, 0010941/1, 0010629/19, 0011356/17 e 0010568/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010768/19: audiência inicial fracionada - Id db8bc70, sem o lançamento de audiência de instrução, prejudicando a correta apuração do prazo médio pelo sistema e-Gestão;
- 0010727/19; audiência inicial fracionada - Id 39409c5, sem o lançamento de audiência de instrução, prejudicando a correta apuração do prazo médio pelo sistema e-Gestão;
- 0010859/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT - Id 64b38db.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010531/19, 0010625/19, 0010604/19, 0010679/19, 0011286/16, 0010035/19, 0010035/19, 0010725/19, 0010719/19, 0010713/19, 0010775/17, 0010480/17, 0011536/17, 0011174/15, 0010320/18, 0010593/19, 0010227/19, 0010470/19, 0011098/16, 0011869/16, 0010098/19, 0010441/19, 0010488/19, 0010545/19, 0011654/17, 0010525/19, 0010408/19, 0010029/19, 0010425/19, 0010027/16, 0010555/15, 0010896/18, 0010387/18, 0011043/18, 0010656/19, 0010459/19, 0010250/19, 0010550/19, 0010191/19, 0010129/19, 0010292/19, 0010520/19, 0010419/19, 0010590/19, 0010598/19, 0032300/09, 0010999/18, 0011721/16, 0010668/18, 0010956/17, 0010874/18, 0010330/18, 0010517/19, 0010033/19, 0010553/18, 0000888/14, 0002319/12, 0010747/18, 0011005/18, 0010672/18, 0010624/15, 0010467/16, 0010297/17, 0010086/19, 0010056/19, 0010337/19, 0010668/19, 0010444/19, 0010265/19 e 0010540/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010625/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id cdadad1 (mais de 10 dias);
- 0010604/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9624742 (mais de 10 dias);
- 0010035/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4512ac2 (mais de 10 dias);
- 0010441/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT – Id b5331f2; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – arquivamento (mais de 30 dias);
- 0010488/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 36b009d (mais de 20 dias);
- 0010525/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT - Id 839a558;
- 0010555/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id aa25095 (mais de 40 dias);
- 0010250/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id remessa ao TRT (mais de 10 dias);
- 0010459/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT - Id db574b5
- 0010191/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT - Id 578cc11;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

- 0010896/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 2184e50 (mais de 20 dias);
- 0032300/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 9935167 (mais de 80 dias);
- 0010668/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 9280b6a (mais de 10 dias);
- 0010874/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 9280b6a (mais de 10 dias);
- 0010086/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – arquivamento (mais de 40 dias);
- 0010056/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – arquivamento (mais de 20 dias);
- 0010337/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id f2319fa (mais de 20 dias);
- 0010668/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT - Id 3b88bb1;
- 0010444/19: descumprimento do artigo 659, I da CLT – Id 6e9162a.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	22	20	13
Procedimento Ordinário	40	27	12
Instrução processo físico	881	1.091	1.758
Instrução processo eletrônico	70	89	70

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	11 dias corridos	8 dias úteis	12-12-2019 - 10 dias úteis
Procedimento Ordinário	11 dias corridos	8 dias úteis	12-12-2019 - 10 dias úteis
Instrução	12 dias corridos	19 dias úteis	As audiências são designadas como unas, por isso não há apuração de audiências de instrução.

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2019 até 26-11-2019).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 271)	1	1.891
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 90271)	504	61
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 272)	1	1.679
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	374	117



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 90359)	36	80
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	1	1.201
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	56	83

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	114	2.142
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	92	760
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	50	3.180
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

No ano 2018, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2018	Média/dia útil
Julgados procedentes	63	0,28
Julgados procedentes em parte	323	1,44
Julgados improcedentes	201	0,90
Extintos com resolução de mérito	9	0,04
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	596	2,66
Extintos sem resolução de mérito	74	0,33
Arquivamento	59	0,26
Desistência	48	0,21
Outras decisões sem exame de mérito	32	0,14
Total sem exame de mérito	213	0,95
Decisões de conhecimento	809	3,61
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	218	0,97
Decisões na fase de execução	148	0,66
Total	1.175	5,2



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em outubro de 2019, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	4	0,18
Conciliação em execução	21	0,96
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial	0	0
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	4	0,18
Instrução	0	0
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	151	6,9
Una (rito sumaríssimo)	75	3,41
Total	180	8,2

No mês de outubro de 2019, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 38 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 34 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 35 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 20 minutos para as de procedimento ordinário. Não há intervalo entre as instruções, uma vez que as audiências são unas.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada, em exercício, que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 750 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2017	2018
Processos recebidos	1.638	916
Média por dia útil	7,4	4,1
Processos remanescentes do ano anterior	476	373
Sentenças anuladas	30	28
Total de processos para solução	2.144	1.317
Processos solucionados	1.757	1.164
Processos conciliados	426	355
Produção	81,95%	88,38

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 44,08% em relação ao número de processos recebidos no ano 2017. Quanto à produção, verificou-se que em 2018 houve um aumento de 6,43%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST) – instituído no âmbito do TRT da 3ª Região por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, o Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST), que substitui o MGD, é um indicador que foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do CSJT com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País e busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível e se alinha às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT da 3ª Região. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2019 até 26-11-2019)

1) Indicador Taxa de Conciliação (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	299
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	946

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	946
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	934

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	224
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	312

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2019 até 26-11-2019)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	334
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	892



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	622
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	564

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2019 até 26-11-2019)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	892
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	564
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	334
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	622
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Perfil da Vara do Trabalho		Dados Históricos - 12ª Vara				
Indicadores / Período de referência		Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018	1º trim 2019 01/04/2018 a 31/03/2019	2º trim 2019 01/07/2018 a 30/06/2019	3º trim 2019 01/10/2018 a 30/09/2019	4º trim 2019 01/01/2019 a 31/12/2019
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,39	0,71	0,46	0,31	
	I02 - Pendentes	1.249	1.213	1.172	1.180	
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	155,08	158,23	156,19	95,25	
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	204,07	140,30	140,68	133,31	
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.627,55	1.630,68	1.666,09	1.865,58	
	I07 - Taxa de conciliação (%)	30,29	32,66	32,60	33,46	
	I08 - Taxa de solução (%)	122,74	111,52	110,86	102,71	
	I13 - Taxa de execução (%)	140,89	141,42	107,87	130,04	
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	26,55	23,32	22,43	24,17	
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	62,00	60,06	59,29	55,80	
	I11 - Produtividade por servidor	125,18	138,27	135,73	140,64	
I12 - Pendentes por servidor	97,55	95,73	90,18	90,91		
Meso	Acervo	0,18	0,19	0,18	0,18	
	Celeridade	0,40	0,38	0,38	0,30	
	Produtividade	0,60	0,64	0,63	0,66	
	Congestionamento processual	0,42	0,41	0,40	0,41	
	Força de trabalho	0,48	0,47	0,46	0,46	
Macro	IGEST	0,4165	0,4177	0,4084	0,4018	
	Posição IGEST	61	61	60	61	
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	

Fonte: Sistema e-Gestão
Dados gerados em 24/10/2019.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.963.340,50	R\$1.343.664,54

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/2017, que se refere aos procedimentos a serem seguidos na Unidade Judiciária quanto à realização de audiências Unas.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 14 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais foram entregues ao Secretário da Vara nesta data. Também foram entregues as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) continuados os procedimentos para o cumprimento da Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1º de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispendo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

4) cumprido o artigo 659, I da CLT;

5) efetuado o lançamento do fracionamento da audiência inicial, designando a audiência de instrução, possibilitando a correta apuração pelo sistema e-Gestão da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução na fase de conhecimento que conta a média aritmética do número de dias decorridos entre a data da realização da sessão de audiência que encerrou a instrução e a data da realização da 1ª sessão de audiência.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2018:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Em 2018, quando a Meta era “julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 130,36% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 140,18%.

No ano 2019, até o dia 30-9-2019, o percentual alcançado foi de 97,23% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 114,18%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Em 2018, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 122,54%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 103,57%.

No ano 2019, até o dia 30-9-2019, o percentual alcançado foi de 69,17% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 70,21%.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;

Em 2018, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp)”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 66,42% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 84,01%.

No ano 2019, até o dia 30-9-2019, o percentual alcançado foi de 38,08% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 44,05%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2018, quando a Meta era “baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 163,61%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 115%, considerando os valores apurados no sistema de lançamentos de metas nacionais do CNJ e no SIGEST/CSJT.

No ano 2019, até o dia 30-9-2019, o percentual alcançado foi de 149,28% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 110,65%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2018, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 34,01% do valor da meta estipulado para o ano de 2018 não tendo cumprido a Meta, sendo que para ao atingimento da meta era necessário que o valor fosse maior ou igual a 100% sendo que o resultado deste Regional no 97,69%.

No ano 2019, até o dia 30-9-2019, o percentual alcançado foi de 68,03% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 55,06%.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c):
Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2018, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%)”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 155 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 217 dias. Observa-se que a meta em 2018 era de 147 dias. Assim, o percentual cumprimento da Meta foi de 105,50%, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 147,64%.

No ano 2019, até o dia 30-9-2019, o tempo médio alcançado foi de 84 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 226 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

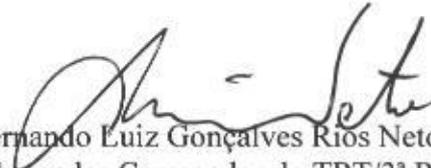
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.



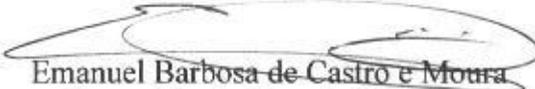
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia vinte e oito de novembro de 2019, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.


Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região


Solainy Beltrão dos Santos
Juíza do Trabalho Substituta


Emanuel Barbosa de Castro e Moura
Secretário da Vara do Trabalho